

## Democracia, autogestão e movimento estudantil

Fernando Bomfin Mariana

*“Democracia que me engana, na gana que tenho dela, cigana ela se revela;  
democracia que anda nua, atua quando me ousa, amua quando repouso. (...)  
Democracia que me abraça, com tua graça mentira, disfarça essa covardia;  
Democracia não me fere, mira aqui no meio, atira no meu receio. (...)  
Democracia que escorrega, na regra não se pendura, na trégua não se segura. (...)  
Democracia não se dita, maldita seja se dura, palpita pelo doçura.  
O demo, o demo, a demora, é a democracia.”*

(trecho da música “A Democracia”, de Tom Zé e Vicente Barreto, gravada no show “No Jardim da Política” em 1984)

Atualmente, o movimento estudantil no Brasil encontra diversos obstáculos para se caracterizar enquanto segmento da sociedade civil organizado de forma democrática. Ao analisarmos as práticas políticas de nós, estudantes, a partir do ressurgimento do movimento estudantil após o fim da ditadura militar, notamos que poucas são as experiências históricas que se preocuparam em estruturar um movimento autônomo, preocupado com a transformação da sociedade capitalista em uma sociedade livre e humanitária. O nefasto ressurgimento da União Nacional dos Estudantes constitui um dos maiores exemplos do atraso em que se encontra o movimento estudantil. Se durante a ditadura militar, a UNE procurava de alguma maneira combater o autoritarismo do governo e articular a resistência democrática, hoje em dia configura-se uma entidade absolutamente afastada dos problemas reais e cotidianos dos estudantes, burocratizada, servindo quase que exclusivamente para palco das disputas hegemônicas entre as juventudes desorientadas dos partidos políticos brasileiros. Pior: uma entidade que proporcionaria um espaço privilegiado pelo pleno exercício da democracia entre homens e mulheres que anseiam de alguma forma construir um futuro mais digno para a humanidade, acaba se tornando uma perfeita escola de gestores, onde linguagens e práticas heterônomas à vida e aos valores da juventude brasileira são continuamente reiterados.

Mas será possível caracterizar o movimento estudantil como um movimento democrático? Bom, se utilizarmos as superficiais significações corriqueiras de democracia, proclamadas até por ACM como a redenção da humanidade, certamente. Todavia se aprofundarmos um pouco o conceito de democracia, poderíamos observar que a prática institucionalizada do movimento estudantil em geral não é democrática, e é exatamente esse o primeiro motivo de esvaziamento e afastamento de grande parte dos estudantes em relação às “suas” entidades. Será que a UNE somos nós, nossa força e nossa voz? Claro que não. E a ausência da prática da autonomia no seio do movimento estudantil é que reserva para a UNE um papel anulado no fortalecimento da luta anti-capitalista.

Um movimento social democrático só pode se caracterizar a partir da possibilidade real de um espaço público de discussão e deliberação, ou seja, um espaço para que a partir da argumentação e contra-argumentação todos os seus membros se sintam absolutamente livres para mudar de opinião ou defender seu ponto-de-vista, visando a busca do consenso. Ora, uma vez que o consenso muitas vezes não é possível devido a inúmeros obstáculos

(tempo para aprofundar o debate, posições divergentes, etc.), procede-se a uma votação. A partir daí, a posição majoritária passa a ser defendida pelo movimento. O problema surge quando verificamos no movimento estudantil a ausência da vontade política para a construção de tal espaço público de discussão, em grande parte devido a prática de militantes de esquerda cujo conceito de hegemonia obscurece a democracia.

Para quem chegou a participar direta ou indiretamente de alguma disputa interna na definição ou redefinição de diretrizes de qualquer partido de esquerda (mais notoriamente o caso do PT), esse fundamental amplo debate de posições plurais e a real possibilidade de mudança de idéia a partir do exercício da argumentação e contra-argumentação em busca do consenso não existe. Pelo contrário. Ele não é sequer considerado, a não ser na esfera de algumas reuniões entre as lideranças das tendências ou grupos. À chamada base dos partidos (os militantes) resta apenas o exercício físico de levantar as mãos ao ouvir a proposta da liderança de sua tendência ou grupo durante as assembleias de Encontros e Congressos. Quantas e quantas vezes determinado membro de uma tendência acaba votando “em bloco”, mesmo contrariando suas posturas ideológicas próprias, em nome de um estranho “centralismo democrático”? É exatamente nesse ato que se materializa a divisão entre lideranças e liderados, e onde se dá a instituição da hierarquia – pilar fundamental do capitalismo. Esse primeiro exemplo sobre a ausência de um espaço público de discussão serve, portanto, de pano de fundo para compreendermos como se transfigura essa prática comum aos partidos para a atuação de seus militantes inseridos nos movimentos sociais – e, neste caso específico, no movimento estudantil.

Vejam os que acontecem no caso da UNE. O Congresso da UNE teria o objetivo central de reunir as diversas posições políticas trazidas pelos delegados eleitos na base de cada entidade estudantil; a partir da explanação dessas posições, os delegados debateriam e deliberariam os rumos de atuação do movimento estudantil a nível nacional. No entanto, a maneira pela qual se institui o mecanismo de delegação impede o exercício da democracia. Na quase totalidade dos casos, os delegados não são porta-vozes das posições políticas deliberadas na base da entidade, fruto da prévia discussão aberta entre seus membros a respeito dos pontos de pauta do Congresso da UNE. Os delegados são, na verdade, representantes escolhidos a partir das posições políticas que somente eles defendem, muitas vezes padronizadas em função do partido político a que pertencem. A anulação do poder da base do movimento de discutir os temas da pauta do Congresso da UNE (numa assembleia da faculdade, por exemplo), reduz esse momento fundamental de inserção dos estudantes nas suas entidades “representativas” a um simples mecanismo de eleição dos dirigentes estudantis mais aptos a representarem o ser político extorquido desta base. Não é à toa que nesses Congressos da UNE sempre aparecem as mesmas caras (em geral muito feias) que, por mera coincidência são os potenciais candidatos a futuros cargos de gestão da sociedade. É nessa circunstância que a UNE se torna uma grande escola de gestores de esquerda, onde o profissionalismo em roubar o ser político dos estudantes que diz representar se sofisticava na mesma proporção da sofisticação de um discurso conservador travestido de revolucionário.

A única saída para o resgate da legitimidade da UNE e de todas as outras entidades estudantis é a devolução da essência do ser político a todos os estudantes. Não há delegação legítima sem ata de assembleia que comprove a prévia discussão e as posteriores deliberações dos pontos de pauta dos Congressos e Encontros Estudantis aos quais justifique-se a presença de delegados. E mais: ao se deparar com temas não discutidos previamente na assembleia, o delegado pode tomar apenas duas posições: a primeira,

abstenção. A segunda, deliberação ad referendum, ou seja, deve o mais rapidamente explicitar na assembléia de base sua decisão de se posicionar em nome do coletivo, buscando referendo por parte do grupo. Caso contrário, sua delegação deve ser transferida a outro membro do coletivo.

Mas seria eficiente essa forma de funcionamento para o movimento estudantil? Bom, dentro dos critérios de eficácia capitalista é claro que não. Uma vez que a primeira dominação do capitalismo é a gestão heterônoma do tempo de vida, uma estrutura decisória que demande tempo de debate suficiente para a busca do consenso estaria fadada ao fracasso. Um exemplo muito rico desta difícil questão da democracia pode-se encontrar no tempo das assembléias do CAHIS. Mais trabalhosa, ainda pouco praticada, tal estrutura de representação almeja lisura entre discurso e prática política, buscando uma real identificação entre todos aqueles que dedicam parte do tempo de vida para construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e não capitalista. É nesse contexto que a prática da autogestão torna-se valiosa, pois é somente na divisão das responsabilidades entre todos os membros de um coletivo que se fortalece a luta autônoma.

O Centro Acadêmico de História da USP constitui um bom exemplo das dificuldades encontradas para a construção de um movimento estudantil autônomo e autogestionário. Em 1992, durante o movimento de Impeachment realizado pela elite brasileira em conjunto com a grande mídia e os segmentos de esquerda da sociedade brasileira contra o presidente Fernando Collor, o CEHAT (Centro de Estudos Históricos Affonso d'Escragno Taunay) também sofreu os reflexos da efervescência dos debates políticos. Cansados de estarem submetidos às tradicionais interferências de militantes de partidos políticos no movimento estudantil, um grupo de estudantes resolve lançar uma campanha contra a realização das eleições para a diretoria da entidade. A campanha pelas “Não-Eleições já” ganhou força ao questionar o esquema tradicional de representação política do CEHAT (democracia indireta – eleições de uma diretoria responsável pelos rumos do movimento). Num plebiscito realizado no mesmo ano, decidiu-se pela não realização de eleições e formação de uma comissão de estudantes encarregada de realizar um Congresso que discutiria a essência do movimento estudantil no Depto. de História.

No ano de 1993, foi realizado o I Congresso dos Estudantes de História da USP, onde a participação direta de quase 400 estudantes nas discussões culminou na dissolução do CEHAT e na construção de uma nova entidade – o CAHIS. A reestruturação da entidade estudantil baseava-se fundamentalmente na não representatividade da diretoria. Aliás, o momento mais agudo do I Congresso foi a votação entre propostas de uma diretoria representativa e de uma diretoria não representativa, cuja sessão da plenária que contava com mais de trezentos estudantes optou pela segunda proposta. Seguiu-se a partir de contínuas sessões de assembléia o processo de estatuinte, que durou de outubro de 1993 até maio de 1994, mês da eleição da diretoria não representativa e da homologação do novo estatuto do CAHIS. A partir daí, a entidade passava a ser gerida por comissões eleitorais na base. Os representantes (delegados) para diversas atividades da entidade eram eleitos nas assembléias e a mediação no Depto. de História era realizada através dos R.D.'s (Representantes Discentes).

Aparentemente, tudo funcionaria perfeitamente. No entanto, a prática começava a mostrar também as dificuldades de um movimento estudantil autogestionário. Diante das dificuldades inerentes a qualquer auto-organização, muitos estudantes acabavam priorizando outros projetos de vida, principalmente aqueles que desvinculavam tal prática política do exercício de construção de uma sociedade autônoma. Outros, acostumados em

legitimar apenas o movimento estudantil de massa (grandiosas e magníficas manifestações), não compreendiam a possibilidade de uma rica experiência de construção do conhecimento histórico a partir das assembléias estudantis e das plenárias do Departamento de História. A participação nas assembléias mensais esvaziava-se de tempos em tempos, e se antes as assembléias contavam com uma média de 50 alunos, após um ano de experiência autogestionária essa média caiu para metade. A ausência de rotatividade para a execução das deliberações sobrecarregava alguns estudantes, que acabavam muitas vezes por falta de prática centralizando e se apropriando individualmente de determinadas questões do movimento. Mesmo assim, o CAHIS era a única entidade na USP a reunir periodicamente um número considerável de estudantes em torno de diversos debates provenientes da situação da universidade pública. Havia possibilidade real para quem quisesse intervir cotidianamente nos rumos da entidade (e não somente delegar a outrém o seu ser político nas eleições anuais), e assim desenvolveu-se e aprimorou-se uma prática política de assembléias mensais.

Se à autogestão contrapomos a Heterogestão, deve-se atentar às diversas formas pela qual agem os gestores de esquerda e de direita em nossa sociedade. No caso do Depto. de História, não compreendíamos os motivos da exclusão deliberada do corpo discente em sua política acadêmica. Desconhecíamos o profissionalismo dos gestores de esquerda defensores da hegemonia à qualquer custo. Tínhamos que arcar com grandes dificuldades em acompanhar o calendário das discussões colocados na ordem do dia e, ingenuamente, jamais questionávamos a pauta em si, o ritmo das discussões e horários das reuniões. Nesse exemplo, se consubstancia uma das maneiras mais sutis de ação dos gestores, a gestão heterônoma do tempo. As ações desses gestores do tempo são, no caso dos segmentos da sociedade considerados progressistas, embasadas em poderosos discursos sobre democracia, cidadania, autonomia, transformação social, etc. no entanto, a prática antidemocrática e autoritária não engana os menos desavisados. Um exemplo claro de como agem os gestores do tempo tomou forma em 1995/96, durante o processo de Reforma Curricular de nosso Depto. de História. A proposta dos estudantes, formulada em tempo hábil para devida apreciação do corpo dos estudantes, formulada em tempo hábil para devida apreciação do corpo docente, foi continuamente ignorada durante mais de 6 meses. No mês de dezembro (época propícia para a articulação das arbitrariedades contra o movimento estudantil), sem qualquer divulgação, alguns professores aprovam na calada da noite um novo currículo para o curso de História, sem levar em consideração a proposta do corpo discente elaborada minuciosamente durante quase um ano. Resultado: o novo currículo aumentou o tempo de permanência do aluno no curso sem qualquer modificação na sua qualidade, fechando as portas para o aluno construir em conjunto com o professor as ementas dos cursos. Isso não é por acaso. A defesa do conhecimento heterônomo norteia a concepção de ensino de História preponderante no Departamento: a graduação reserva-se apenas a socialização do conhecimento histórica; a construção coletiva não é privilegiada em nenhum momento da estrutura curricular.

Em contraposição a essa concepção de ensino, proliferaram-se os grupos de estudo autônomos, apesar das inúmeras dificuldades colocadas por um currículo que cada vez mais acentua a necessidade de permanência exclusiva do aluno dentro das salas de aula. Isso mostra que o movimento estudantil não se restringe ao Centro Acadêmico, e pode criar diversas outras iniciativas fora da esfera da entidade institucionalizada juridicamente (como a própria existência das publicações da revista *Temporaes*). Mesmo durante os momentos de burocratização e heterogestão de nossas entidades, a auto-organização estudantil é

possível. Não pode-se perder a dimensão, no entanto, que o tempo despreendido em tais iniciativas deveriam encontrar-se intimamente vinculado com o exercício permanente de construção de uma sociedade autônoma não capitalista. Foi justamente para aprofundar as questões referentes a esse vínculo entre o movimento estudantil e uma nova proposta de sociedade que alguns alunos passaram a se reunir, em 1997, em torno do debate da obra de Cornelius Castoriadis. *A Instituição Imaginária da Sociedade*, obra filosófica do autor, contribuiu fundamentalmente para a investigação de pontos espinhosos referentes aos temas do racionalismo marxista, autonomia, heteronomia, alienação, imaginário, tudo isso numa visão crítica em relação ao mundo no qual nos encontrávamos – a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. A partir desses debates, muitas dificuldades provenientes do processo autogestionário do CAHIS e de nossa própria vida acadêmica foram elucidadas. Erros e acertos de nossas iniciativas começavam a encontrar um fundamento teórico essencial para a continuidade da prática política. Nesse sentido, sentiu-se uma necessidade em socializar e aprofundar de alguma maneira as experiências ligadas a autogestão e nossa perspectiva socialista. O seminário Autogestão e Socialismo, realizado em agosto de 1998, surge como resposta a essa preocupação, procurando abranger as diversas posturas teóricas e iniciativas concretas referentes ao tema.

Mas a autogestão não começou nem acabou, e muito menos se restringiu ao CAHIS. Concomitantemente a essa experiência. Diversas entidades experimentaram a autogestão enquanto alternativa real para a crise do movimento estudantil. Algumas com mais sucesso, outras com menos. Centros Acadêmicos da UFRJ, UERJ, UNB, as Universidades da região Sul, a rica experiência da autogestão no DCE da UFPA, todas essas experiências estimulam o debate sobre a necessidade urgente do fortalecimento da autonomia no movimento estudantil. Tal debate ganhou dimensão nacional justamente no momento de reinserção do CAHIS-USP nos eventos e atividades promovidas pela FEMEH (Federação do Movimento Estudantil de História). As participações do CAHIS-USP na FEMEH, aliás, também são muito ricas por explicitar as diversas formas de representação dos estudantes de História do Brasil. Quase a totalidade daqueles que acabam participando de Encontros e Congressos não entendiam de que maneira a representação do CAHIS-USP não era feita inevitavelmente através da diretoria da entidade.

Finalmente, podemos salientar a importância pela qual se justifica o aprofundamento da vontade política dos estudantes em construir um espaço público de discussão a respeito dos problemas com os quais nos deparamos, condição primeira da sociedade democrática. É somente a partir da possibilidade real de inserção de todos que anseiam por participar da gestão das instituições às quais fazem parte que a democracia toma forma concreta, ultrapassando as retóricas de direita e de esquerda. Porém, a autor-instituição da sociedade é absolutamente antagônica ao neoliberalismo que se fortalece dia-a-dia com a globalização da economia. Torna-se fundamental enriquecermos e fortalecermos o conceito de autonomia em todas as áreas do conhecimento para que possamos combater com eficácia a heteronomia da sociedade capitalista.

Os rumos do mundo e a construção daquilo que desejamos para nosso futuro nunca esteve tão fora de nossas mãos. A vida de cada ser humano passa a ser cada vez mais determinada por outrem, não por ele mesmo. Aonde devemos trabalhar, qual profissão escolher, o que devemos assistir na televisão, aonde devemos nos divertir, de quem devemos gostar, o que queremos e precisamos ter, obedecer, obedecer... Uma vida de liberdade só pode existir realmente na consciência de nossos atos e na luta incessante contra a alienação e contra a dor dos seres humanos. Lutar contra a alienação é tomar as

rédias da vida, é depois de termos escapado do Deus que traçava nossos destinos, escaparmos dos homens que traçam nossos destinos hoje. Mas quem são esses homens e como podemos escapar disso senão sabemos cuidar do mundo em que vivemos? Para a primeira resposta, poderíamos começar identificando os gestores das instituições nas quais nos inserimos na sociedade; para a segunda, ao exercitar nossa cidadania participando da gestão destas instituições. É nessa perspectiva que sem a autogestão generalizada das estruturas sociais, jamais o ser humano será capaz de trilhar os próprios caminhos de sua vida. Mas aprender a caminhar sozinho é difícil e demanda muita prática. Não seria mais fácil alguém dar uma mãozinha? Talvez um bom partido político? Não. Aliás, enquanto não houver uma estratégia eficaz para banir da sociedade a profissão do carrasco ao lado da profissão do político seremos sempre reféns de um destino estranho a nós mesmos. A política deu lugar à politicagem ao ato de roubar o ser político alheio. E só não se rouba a oportunidade de todos opinarem, refletirem e decidirem sobre todos os atos da vida numa verdadeira democracia. Democracia e autogestão se abraçam, e não poderia existir uma sem a outra. Ou senão estaríamos falando de democracia e autogestão como se fala hoje de cidadania, ou seja, sem a menor compreensão de seus significados enquanto processos históricos.

Lugar contra a dor de ser humano significa, antes de tudo, lutar para a aniquilação da fome no planeta. Significa substituímos imediatamente a produção e abastecimento de necessidades imaginárias à vida humana pela produção e abastecimento de alimentos em abundância. Não há como ocultar a necessidade imediata de uma política radical contra a fome, no campo e na cidade. Qualquer um de nós sabe que no Brasil possuímos plenas condições para tanto: terras vazias cultiváveis em abundância, água, tecnologia agro-industrial e um povo trabalhador. Só um governo de coardes como o de Fernando Henrique Cardoso continua se curvando para as instituições financeiras internacionais, tais como o FMI, pagando uma dívida externa com a riqueza construída pelas mãos do povo brasileiro, entregando nossas indústrias, nossas matas, nossos rios e nossos filhos. Só um governo de terroristas desmascarados pode tolerar a fome no Brasil. Já estamos no caos social. A ordem é não passar fome.

A lucidez do novo projeto de sociedade colocado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil possui sólidos fundamentos. As cooperativas agrícolas autogeridas carregam um enorme potencial dentro da perspectiva de construção de outras estruturas econômicas que busquem superar a economia de mercado. Dentro de tal política, devemos também atentar para a proposta de economia solidária formulada por Paul Singer, embora ainda seja cedo para entendermos a que ponto o capitalismo não poderia se apropriar destas cooperativas autogeridas de trabalhadores urbanos. Dizemos isso porque com as transformações das relações trabalhistas, traduzidas no neoliberalismo pela precarização do trabalho na forma de incentivo ao contrato temporário de “autônomos”, mesmo cooperativas autogeridas podemos acabar competindo entre si para servir de sustentáculo a grandes transnacionais. O fim do emprego é iminente, assim como toda a série de garantias trabalhistas conquistadas ao longo de duras lutas sociais. Cabe a cada segmento da sociedade, e a cada área do conhecimento nas universidades, se posicionar perante tais respostas concretas frente a crise do trabalho, se articulando com todas as iniciativas genuinamente anti-capitalistas que venham a ser materializar em renovadas relações sociais e econômicas.

Para isso, já é hora de nós estudantes vislumbrarmos outras saídas para nossas carreiras profissionais além do mercado de trabalho. Os rumos da universidade brasileira e

sua própria estrutura curricular não possibilita aprofundarmos suficientemente as infindáveis opções de projetos sociais que talvez pudéssemos formular num espaço tão privilegiado de construção do conhecimento; seu perfil mercadológico é traduzido na concepção utilitarista de ensino, onde cada vez mais se transfere para a iniciativa privada o financiamento da pesquisa científica, colocando constantemente na mão de grandes empresas as diretrizes da ciência e da tecnologia no Brasil. Obviamente não se pode perder o pé da realidade. Todos nós precisamos sobreviver nesse grande mundo da competição selvagem. Porém fica cada vez mais acentuada a naturalidade dos estudantes se adaptarem fielmente ao sistema, aceitando condições de trabalho e relações hierárquicas inimagináveis a um dos segmentos da sociedade que tradicionalmente foi e, acredito, ainda é porta-voz de grandes contestações e significativas transformações sociais. História é criação. E nosso potencial de criação histórica não será abafado no calor do totalitarismo do capital; nossa chance de construir uma vida e um mundo com novos valores humanos está somente em nossas mãos.